



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

RELATÓRIO DE VIAGEM

EJURR/TJRR



Relatório de Viagem



Instituição visitada: Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – Ejurr/TJRR

Data da visita: 19/3/2026

Local: Boa Vista – Roraima

Equipe técnica da Enfam:

- Leonardo Peter – Secretário-Executivo
- Tiago Villafane Udry – Assessor da Secretaria-Executiva – SSE
- Mariana Camargo Rocha – Secretária de Gestão Acadêmica e de Formação – SGF
- Andrea Cruz Cabezon Rubel – Técnica da Secretaria de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira – SGA
- Naysa Polliana Freire Pereira – Seção de Credenciamento e Acompanhamento de Cursos – Secra

1. Objetivo da visita

A visita técnica teve como objetivo promover o alinhamento institucional entre a Enfam e a Ejurr/TJRR, visando fortalecer a atuação da Rede Nacional de Escolas Judiciais e da Magistratura – Renejum, identificar boas práticas, compreender os desafios regionais enfrentados pela escola judicial e discutir caminhos para o aprimoramento das políticas de regulação e formação judicial no país. O encontro evitou o caráter fiscalizatório, priorizando a escuta ativa das demandas locais e a construção conjunta de soluções.

2. Participantes

- Desa. Tânia Maria Brandão Vasconcelos (Diretora da EJURR)
- Ana Paula Joaquim Macedo Coordenadora Acadêmica
- Bruna Stephanie de Mendonça França Subcoordenadoria de Apoio Administrativo

- Geanni Pereira Monteiro Chefe do Setor de Formação e Aperfeiçoamento
- Larissa Brilhante Cordeiro Barros Chefe do Setor de Registro e Informação
- Marlon Brands Chefe do Setor de Tecnologia, Produção e Comunicação
- Érica Patrícia Rodrigues Figueredo Assessora Técnica
- Izabel Cristina da Silva Anjos Assessora Técnica
- Raniere Miguel da Rocha Assistente Técnico

3. Apresentação da EJURR/TJRR

A Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – Ejurr/TJRR atua na formação e no aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário local. A instituição tem se destacado pela profissionalização de suas práticas pedagógicas e pela busca de soluções tecnológicas inovadoras para a gestão acadêmica.

Cursos oferecidos:

A Ejurr/TJRR oferece cursos de formação continuada com foco em metodologias ativas. Devido à realidade demográfica do estado, que conta com um número reduzido de magistrados (cerca de 50 a 60 juízes), a Escola adota a prática de ofertar cursos com público misto, destinando vagas remanescentes para servidores, especialmente assessores, garantindo assim a viabilidade e o preenchimento das turmas.

A gestão da informação e os sistemas de registro acadêmico evidenciaram gargalos significativos na comunicação entre a Enfam e a Escola, indicando limitações do sistema atual do EducaEnfam.

As principais críticas envolveram:

- A incapacidade do sistema de gerar relatórios gerenciais e de inteligência de negócios – BI (do inglês business intelligence) adequados.
- A dificuldade em filtrar cursos por eixos temáticos, visto que o sistema realiza buscas apenas pelo título do evento.
- A impossibilidade de exportar dados de forma eficiente, obrigando as equipes a realizarem trabalhos manuais (copiar e colar) e a criarem planilhas paralelas para controle de indicadores.

3.1 Soluções locais e o EducaEnfam 2.0

Diante dessas limitações, a Ejurr/TJRR apresentou uma solução desenvolvida internamente. A equipe de TI da Escola criou um sistema próprio de registro acadêmico e BI que importa os dados do EducaEnfam e realiza o tratamento das informações.

3.1.1 Arquitetura e funcionamento do sistema da Ejurr

a) Fluxo de dados

O sistema funciona por meio de um processo de importação e tratamento de dados em etapas:

Etapa 1 – Cadastro do evento

Quando um curso é cadastrado no EducaEnfam para iniciar, a equipe também realiza o cadastro no sistema acadêmico local. O nome do curso deve ser idêntico ao do EducaEnfam para garantir o cruzamento correto de dados posteriormente.

Etapa 2 – Execução do curso

O curso é executado normalmente no EducaEnfam, com inscrições, frequência e certificação.

Etapa 3 – Exportação de dados

Quando o curso é encerrado no EducaEnfam, a equipe extrai um relatório com os dados dos participantes (nomes, aprovação/reprovação, dados demográficos).

Etapa 4 – Importação e tratamento

Os dados são importados para o sistema local, onde ocorre o cruzamento com as informações do cadastro inicial. O sistema aplica todas as regras de negócio e indicadores necessários, realizando o tratamento automático dos dados.

Etapa 5 – Geração de inteligência

Com os dados tratados, o sistema gera indicadores, relatórios e painéis em tempo real.

b) Componentes principais

Banco de dados local: o sistema armazena informações de todos os alunos que participaram de cursos, com capacidade de processar mais de 5.000 linhas de dados.

O sistema utiliza um banco de dados intermediário para evitar travamentos durante a importação de grandes volumes.

Motor de tratamento de dados: aplica regras de negócio específicas, incluindo:

- Indicadores de conformidade com ISO 9001;
- Indicadores de conformidade com o Prêmio CNJ de Qualidade;
- Cálculos de participação por categoria (magistrados, servidores); e
- Análises por etnia, gênero e outros dados demográficos.

Painéis de visualização: oferece múltiplas visualizações dos dados para diferentes públicos e necessidades.

3.1.2 Funcionalidades e capacidades

- a) Atualização em tempo real: assim que um curso é encerrado no EducaEnfam, o sistema local fornece resultados parciais por mês. Os indicadores são atualizados imediatamente, permitindo acompanhamento contínuo.
- b) Ranking de participação: o sistema mantém um ranking de todos os alunos e magistrados do tribunal, permitindo identificar:
 - Qual aluno realiza mais cursos;
 - Qual aluno realiza menos cursos; e
 - Perfil de capacitação por servidor e magistrado.

3.1.3 Transparência e publicidade de dados

O sistema trabalha com dois níveis de acesso:

- Nível interno (tribunal): todos os dados estão disponíveis para acesso interno, permitindo que qualquer secretário ou gestor possa consultar informações de capacitação quando necessário.
- Nível público: a equipe está estudando quais dados podem ser expostos publicamente, mantendo conformidade com privacidade e segurança.

3.1.4 Integração com o Prêmio CNJ de Qualidade

O sistema permite buscar informações de capacitações vinculadas aos tópicos do Prêmio CNJ de Qualidade. Quando um curso é cadastrado, a equipe vincula automaticamente ao tópico correspondente do prêmio. Assim, quando a Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal solicita “lista de capacitações sobre judicialização de saúde”, o sistema retorna todos os cursos vinculados àquele tópico específico.

3.1.5 Relatórios estruturados

O sistema gera 11 relatórios diferentes, incluindo:

- Relatórios ISO 9001: seis relatórios específicos para conformidade com a norma ISO 9001.
- Relatórios de servidores: relatórios mais completos que os do painel público, com informações detalhadas sobre participação, aprovação e dados demográficos.
- Relatórios CNJ: relatórios específicos para atender às demandas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- Painel público: oferece a visualização de estatísticas gerais, como:
 - participação por gênero;
 - participação de magistrados vs. servidores;
 - dados por período (ano e mês);
 - status de conclusão dos cursos; e
 - painel de participantes: oferece uma visão administrativa, com os nomes dos participantes e os cursos realizados.
- Filtros pré-definidos (por nome, etnia etc.). Busca avançada.
- Painel de eventos: oferece informações sobre todos os eventos, incluindo artigos do Prêmio CNJ atendidos, modalidades (presencial, híbrida, EaD) e formadores envolvidos.

3.1.6 Filtros e buscas avançadas

O sistema permite filtros sofisticados, como: busca de todos os indígenas formados em um semestre específico; filtro por etnia, gênero e cargo; e cruzamento de informações entre diferentes dimensões.

3.1.7 Versões e evolução

O sistema está atualmente na versão 2.6, indicando que passou por múltiplas iterações e melhorias. Recentemente, houve alterações nas regras de negócio relacionadas ao campo "discente", que resultaram em uma nova versão sendo lançada.

4. Sugestões da ejur/tjrr para integração com a enfam

- Flexibilização do credenciamento para público misto: a Ejurr/TJRR apontou a necessidade de maior flexibilidade e compreensão por parte da Enfam quanto ao credenciamento de cursos com participação conjunta de magistrados e servidores. A Escola argumentou que essa prática é essencial para a sua realidade e que as metodologias ativas são devidamente adaptadas para atender a ambos os públicos.
- Manutenção das exigências metodológicas: a escola defendeu a importância da manutenção das exigências de metodologias ativas e da Formação de Formadores – FOFO para o corpo docente, ressaltando que a titulação acadêmica (mestrado ou doutorado) não garante, por si só, o domínio dessas práticas pedagógicas.
- Melhorias no sistema EducaEnfam: a equipe local relatou dificuldades significativas com o sistema EducaEnfam, especialmente na geração de relatórios gerenciais, filtros temáticos e exportação de dados. Foi sugerida a necessidade de um sistema mais integrado e capaz de fornecer inteligência de negócios – BI para apoiar a tomada de decisões.

5. Boas práticas verificadas

Durante a visita, foram apresentadas práticas inovadoras que demonstram o compromisso da Ejur/TJRR com a eficiência na gestão acadêmica e a transparência dos dados como o sistema local de gestão acadêmica e BI. Essa solução permite o acompanhamento em tempo real de indicadores de capacitação, a geração de rankings

de participação de magistrados e servidores, e a extração rápida de relatórios exigidos pelo Prêmio CNJ de Qualidade e pela norma ISO 9001.

6. Encaminhamentos da enfam

Com base na escuta ativa e nas experiências compartilhadas, propõem-se os seguintes encaminhamentos:

1. Avaliação da flexibilização de credenciamento: estudar a viabilidade de formalizar a flexibilização das regras de credenciamento para cursos com público misto (magistrados e servidores), desde que devidamente justificados e com metodologias adaptadas, reconhecendo as realidades demográficas das escolas de menor porte.
2. Autonomia pedagógica das escolas: reforçar a autonomia das escolas judiciais na validação da capacidade docente para aplicação de metodologias ativas, mesmo na ausência do curso de FOFO, e reconhecer que, para determinados temas, a aula expositiva pode ser a abordagem mais adequada.
3. Desenvolvimento do EducaEnfam 2.0 de forma integrada aos interesses das escolas judiciais: acelerar o desenvolvimento e a implementação do EducaEnfam 2.0, com foco na integração via Interface de Programação de Aplicações – API. Essa atualização permitirá que os sistemas locais das escolas conversem diretamente com a base de dados nacional, eliminando o preenchimento manual de formulários e facilitando a geração de relatórios gerenciais.
4. Fortalecimento do calendário interativo da Renejum: consolidar o uso do calendário interativo da Renejum para o compartilhamento de informações sobre cursos (credenciados ou não), promovendo maior transparência e facilitando o intercâmbio de boas práticas entre as escolas.
5. Reconhecimento do sistema de BI da Ejurr/TJRR: reconhecer o sistema local de gestão acadêmica e BI desenvolvido pela Ejurr/TJRR como uma boa prática inovadora, com potencial para inspirar outras escolas e contribuir para o aprimoramento do sistema nacional da Enfam.
6. Integração do Módulo Nacional de Formação Inicial: continuar o aprimoramento do módulo nacional do Curso de Formação Inicial, focando em experiências institucionais únicas em Brasília (como visitas ao STF, presídios federais e treinamentos de segurança com a Polícia Federal), evitando a sobreposição de conteúdos abordados pelas escolas locais.













Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados



+55 (61) 3319-7700



www.enfam.jus.br



enfam@enfam.jus.br



ENDEREÇO: SCES - Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF) Brasília - DF, Brasil CEP: 70.200-003